

Carta do Bioma Pampa

Posicionamento rumo à COP30 – Belém/PA, 2025

Contexto

O ano de 2025 representa um marco decisivo para a ação climática global. A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) na Amazônia brasileira traz consigo a responsabilidade de traduzir compromissos em resultados concretos, articulando ciência, políticas públicas e justiça socioambiental em todos os biomas nacionais.


O Bioma Pampa é singular no Brasil: restrito ao estado do Rio Grande do Sul, ele ocupa uma extensão de 193.836 km² (IBGE/2019), o que corresponde a cerca de 68% do território estadual e 2,3% do território nacional. Trata-se de um mosaico de fitofisionomias, no qual predominam campos nativos, mas que também abriga matas ciliares, matas de encosta, formações arbustivas, butiazais, banhados e afloramentos rochosos — expressando a variedade paisagística e ecológica deste bioma. O Pampa além das fronteiras ocupa os territórios nacionais do Uruguai em 93,4% e Argentina 14,9%, e apresentam uma geodiversidade complexa e predomínio das extensas pradarias temperadas.

Embora o Pampa seja o menor dos biomas continentais, é desproporcional em importância. Compilação recente de décadas de

estudos documenta o registro de mais de 12.500 espécies — entre plantas, animais, fungos e microrganismos — o equivalente a cerca de 9% da biodiversidade atualmente conhecida do Brasil. Sua complexa geodiversidade expressa-se em um valioso patrimônio geológico, com 36 sítios cadastrados no ambiente Geossit (SGB). Além do aspecto natural, é importante salientar a relevância cultural do Pampa para o povo gaúcho, que construiu sua identidade e modo de vida em profunda relação com este território. O bioma constitui um ecossistema cultural, moldado por séculos de convivência entre pessoas, paisagens e saberes locais.

No sistema municipal, o bioma é predominante em 162 municípios, segundo dados do IBGE, embora esteja presente, ainda que parcialmente, em cerca de 233. Nesses 162 municípios vivem aproximadamente 3,12 milhões de pessoas, concentradas em territórios que apresentam, em média, os menores índices de PIB e IDH do Estado, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização dos serviços ecossistêmicos e das atividades sustentáveis. Essa distribuição reflete áreas de transição e sobreposição com o Bioma Mata Atlântica, formando mosaicos de campo e floresta que evidenciam a relevância ecológica, social e econômica dos campos como tecido vivo das paisagens rurais e municipais do Rio Grande do Sul.

Historicamente, o Pampa foi ocupado pela pecuária, atividade que moldou a paisagem e o modo de vida local desde o século XVI, quando a chegada de povoadores europeus ampliou a ocupação difusa já estabelecida há milênios por povos indígenas e paleoíndios. Essa relação ancestral entre as pessoas e o território deu origem a práticas produtivas



baseadas na pecuária extensiva, na pequena agricultura e, mais recentemente, em culturas adaptadas ao clima e aos solos da região, como o arroz, o milho, as oliveiras e as uvas. Apesar dessa longa trajetória de uso e convivência, o bioma foi por muito tempo invisibilizado nas políticas ambientais nacionais e regionais. Suas florestas abertas e campos foram interpretados apenas como áreas de menor valor ecológico, sem que se reconhecessem seus serviços ambientais — como a regulação hídrica, o controle climático, a conectividade biológica e a identidade cultural. Essa subestimação refletiu-se em ações descontínuas, baixa alocação de recursos, sub-representação em áreas protegidas e escassa representatividade institucional.

A promulgação da Lei Estadual nº 15.434/2020, que finalmente incluiu o Pampa no rol de biomas protegidos e com diretrizes próprias, é um marco simbólico e administrativo. Mas esse passo legal precisa ser acompanhado por uma mobilização multiescalar – científica, normativa e social - para que o Pampa deixe de ser apenas reconhecido e passe a ser efetivamente protegido, valorizado e ativado como instrumento de justiça climática e biodiversidade.

Fundamentos

Considerando que o Pampa, assim como a Mata Atlântica e os demais biomas brasileiros, constitui infraestrutura natural estratégica para a resiliência climática, segurança hídrica, alimentar e energética, preservação cultural e manutenção da vida, sendo essencial à estabilidade



ecológica do sul do Brasil e à mitigação dos efeitos das mudanças do clima;

Considerando que o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal estabelece a meta de proteger ao menos 30% de áreas terrestres e aquáticas até 2030, e que o Acordo de Paris demanda a integração entre políticas de mitigação e adaptação às mudanças do clima, é imprescindível que o Bioma Pampa esteja incluído de forma efetiva nos esforços nacionais e internacionais;

Considerando que a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira requer a articulação federativa entre União, Estados e Municípios, bem como a integração de instrumentos de gestão territorial que reflitam a realidade de cada bioma;

Considerando que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e suas decisões mais recentes enfatizam a necessidade de fortalecer mecanismos de governança participativa, incorporando saberes locais, povos indígenas e comunidades tradicionais como atores centrais da conservação;

Considerando que o Pampa, ao mesmo tempo em que é um bioma ameaçado, possui forte potencial de se tornar modelo de desenvolvimento sustentável, integrando produção agropecuária de baixo carbono, conservação da biodiversidade e geodiversidade, pagamentos por serviços ambientais, valorização de práticas culturais, ecoturismo, turismo responsável e estratégias de transição energética justa;

Reconhecendo os avanços recentes do Estado do Rio Grande do Sul e de seus municípios na consolidação de políticas públicas ambientais, por




meio de programas de conservação da biodiversidade, planos de ação territoriais, estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas e fortalecimento de instrumentos como o Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

Reconhecendo, ainda, a atuação conjunta do Conselho de Secretários de Meio Ambiente do Sul e Sudeste (COSUD), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e das redes de cooperação nacional e internacional, como a Alianza del Pastizal, EMBRAPA, universidades e comunidades científicas que fortalecem o intercâmbio técnico, a cooperação transfronteiriça e o protagonismo regional na agenda global de biodiversidade e clima;

Considerando, por fim, que conservar o Pampa é um ato de responsabilidade compartilhada — entre União, Estado, municípios, sociedade civil e setor produtivo — e que seu fortalecimento como política de Estado representa não apenas a defesa de um bioma, mas o compromisso com o futuro climático, cultural e econômico do Rio Grande do Sul.

Posicionamento

Reafirmamos que o Bioma Pampa deve ocupar posição estratégica na agenda da COP30, não apenas como território vulnerável, mas como espaço de inovação socioambiental e de soluções integradas para o enfrentamento da crise climática e da perda da biodiversidade e geodiversidade.



O Bioma Pampa vem se consolidando como um dos pilares estratégicos da política ambiental do Rio Grande do Sul, integrando a conservação da biodiversidade, a adaptação às mudanças do clima e o desenvolvimento sustentável. A inclusão do bioma no Código Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 15.434/2020) representou um marco histórico, ao reconhecer formalmente a singularidade dos campos do Pampa brasileiro e estabelecer diretrizes específicas para sua proteção. Esse avanço foi acompanhado por uma série de instrumentos legais e institucionais que fortaleceram a governança ambiental, com destaque para a construção de consensos entre o Estado, o Ministério Público e federações representativas do meio rural, que reafirmaram a importância da segurança jurídica e da compatibilização entre conservação e produção.

A atuação do Estado na agenda climática também tem gerado resultados concretos. O Inventário Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa (2021–2023) indicou uma redução de 23,1% nas emissões brutas e 26,8% nas líquidas, com pegadas de carbono inferiores à média nacional, evidenciando a capacidade do Rio Grande do Sul de se desenvolver emitindo menos carbono. As trajetórias de descarbonização setorial reforçam esse compromisso: a cadeia da soja já projeta emissões líquidas zero até 2045; a pecuária e o arroz apontam reduções superiores a 70% até 2050; e a silvicultura se consolida como importante sumidouro de carbono. Esses dados demonstram que o Estado vem avançando de forma consistente em direção a uma economia de baixo carbono, apoiada em ciência e inovação.


Essas iniciativas se articulam a um amplo processo de adaptação



climática. A Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas (ARVC) revelou a crescente exposição do território às estiagens prolongadas, ondas de calor e eventos extremos, com impactos diretos sobre ecossistemas, produção de alimentos e comunidades. A partir desse diagnóstico, o Estado estruturou políticas e parcerias que fortalecem sua capacidade de resposta, promovendo ações de adaptação em múltiplas escalas e reforçando o papel do Pampa como bioma essencial à resiliência climática.

No campo da biodiversidade, programas como o Plano de Ação Territorial (PAT) Campanha Sul e Serra do Sudeste e o Programa Campos do Sul demonstram que é possível aliar conservação e desenvolvimento. Ambos integram pesquisa científica, comunidades locais e órgãos públicos na identificação de áreas prioritárias, no monitoramento de espécies ameaçadas e na promoção de manejos sustentáveis, como o ajuste da carga animal e o respeito aos ciclos naturais dos campos. Essas ações partem do princípio de que conservar o Pampa inclui tanto a proteção legal de porções do território, na forma de unidades de conservação, como também reconhecer e fortalecer práticas tradicionais que, ao longo do tempo, mantiveram a diversidade e a produtividade de suas paisagens.

A conservação, contudo, não se limita às Unidades de Conservação. O Estado tem avançado no reconhecimento das Outras Medidas Eficazes de Conservação por Área (OMECS) como instrumentos complementares de proteção. Esse reconhecimento amplia o alcance das políticas ambientais ao valorizar reservas legais bem manejadas, áreas de uso comunitário, territórios indígenas e iniciativas de produção sustentável que mantêm a biodiversidade fora do sistema formal de proteção. As



OMECS traduzem uma nova lógica de conservação: descentralizada, participativa e aderente às realidades locais. Elas integram o produtor rural, a comunidade tradicional e o gestor público em um esforço coletivo para manter os campos nativos em pé e produtivos, formando uma rede de conservação plural que fortalece a conectividade ecológica e a proteção dos ecossistemas campestres.

A biodiversidade do Pampa — com seus campos, butiazais, banhados, matas e afloramentos rochosos — abriga espécies adaptadas a condições extremas de clima e solo, compondo um mosaico ecológico de valor inestimável. A manutenção desses ambientes é fundamental para a regulação do clima local e global, para o ciclo hidrológico e para a provisão de serviços ecossistêmicos como a polinização, o controle biológico e a fertilidade natural dos solos. O enfrentamento das espécies exóticas invasoras é, nesse contexto, um eixo essencial. O avanço de plantas como o capim-annoni e o tojo, aliado à presença crescente do javali e cervo-axis, altera a dinâmica dos ecossistemas, reduz a diversidade e impõe custos de manejo crescentes. O Programa Invasoras RS vem respondendo a esse desafio com base em cooperação técnica, mapeamento e capacitação, promovendo uma gestão integrada e preventiva dessas ameaças.


Considerando que a geodiversidade representa a variedade natural de feições geológicas, geomorfológicas, pedológicas e hidrológicas, bem como as estruturas e sistemas que contribuem para a formação da paisagem, destaca-se que a singularidade do Bioma Pampa abrange campos de dunas, lagunas, lagoas, banhados, deltas, sítios fossilíferos de diferentes períodos geológicos, relevos ruiniformes, geoformas,



astroblemas, morros testemunhos, o sistema aquífero transnacional Guarani, áreas de mineração e o Geoparque de Caçapava do Sul, reconhecido pela UNESCO. A compreensão desse território deve integrar o conhecimento científico de forma transversal, reconhecendo a geodiversidade como base física da biodiversidade e elemento essencial para o planejamento ambiental e a conservação do bioma.

A agricultura, a pecuária e a silvicultura desempenham papel determinante na construção de um modelo sustentável. O Programa ABC+ (Agricultura de Baixo Carbono) representa um marco nessa direção ao demonstrar que é possível aliar produtividade e conservação. O incentivo à adoção dessas técnicas, aliado à ampliação de linhas de crédito verdes e à certificação de produtos de origem sustentável, fortalece a competitividade do setor e amplia os benefícios ambientais. O Pampa, portanto, se insere de forma protagonista nas políticas nacionais de agricultura de baixo carbono, mostrando que o campo pode ser vetor de mitigação climática e não fonte de pressão ambiental.

A agenda de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) avança como instrumento estratégico para reconhecer e valorizar quem conserva. Ao remunerar produtores e comunidades tradicionais que mantêm os campos nativos, os PSA criam um ciclo virtuoso de conservação, inclusão e desenvolvimento. Eles permitem que as famílias permaneçam em seus territórios com dignidade, garantindo a provisão de água, a proteção da biodiversidade e o armazenamento de carbono nos solos. Essa política consolida o entendimento de que a conservação da natureza é também um serviço público essencial, capaz de gerar benefícios diretos à




sociedade e contribuir para a redução das desigualdades territoriais.

No enfrentamento às mudanças climáticas, o Rio Grande do Sul vem combinando mitigação e adaptação como pilares de sua política ambiental. A gestão hídrica, especialmente no Pampa, é um desafio prioritário: as estiagens recorrentes exigem medidas de longo prazo que incluam a proteção dos banhados, das áreas de recarga, das áreas de proteção permanente, a restauração de matas ciliares, o monitoramento da qualidade da água e a ampliação do saneamento básico em áreas rurais. Iniciativas de proteção de mananciais, aliadas ao uso de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva, fortalecem a segurança hídrica e aumentam a resiliência das comunidades frente aos eventos climáticos extremos.

A transição energética justa, especialmente nas regiões carboníferas como Candiota, tem sido tratada como oportunidade de inovação e diversificação econômica. A reconversão de cadeias produtivas, a qualificação da mão de obra e a atração de investimentos em energias renováveis expressam o compromisso do Estado com uma descarbonização inclusiva, que assegure desenvolvimento regional e equidade social.

Reconhece-se o papel essencial das juventudes na construção de um futuro sustentável para o Bioma Pampa, incorporando sua voz às decisões sobre o território e a preservação ambiental. As novas gerações estarão representadas na COP30 por delegados selecionados em eventos preparatórios, simbolizando o compromisso com uma governança ambiental participativa e intergeracional. A juventude enfrentará por mais



tempo os efeitos da crise climática e será diretamente impactada pelas mudanças associadas à transição ecológica. Por isso, é fundamental que essa transição seja verdadeiramente justa, assegurando oportunidades dignas no território e evitando o êxodo das novas gerações, de modo a garantir a continuidade cultural e o pertencimento às paisagens do Pampa.

O conjunto dessas políticas e programas evidencia uma mudança de paradigma na gestão do Pampa. A conservação passa a ser vista não apenas como proteção ambiental, mas como estratégia de desenvolvimento sustentável, capaz de gerar emprego, renda e bem-estar. Nesse contexto, o turismo assume papel relevante como ferramenta de proteção e valorização ambiental. As trilhas de longo curso, o turismo de base comunitária, o geoturismo, o ecoturismo e o turismo rural promovem o contato direto com a natureza e com a cultura local, estimulando economias sustentáveis e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território. O Estado reafirma, assim, seu papel como indutor de políticas públicas integradas, que unem ciência, economia e sociedade em torno de um mesmo propósito: garantir que o Pampa continue sendo um bioma vivo, produtivo e resiliente.

Chamando à ação

O Pampa exige de nós sensibilidade, firmeza e cooperação. Inspirados pelo espírito colaborativo da COP30, reafirmamos que conservar este bioma é também preservar modos de vida, culturas, água e



solo fértil, bem como garantir segurança alimentar, energética e climática.

O Bioma Pampa pode ser exemplo de inovação socioambiental, em que ciência, políticas públicas, comunidades e setor produtivo caminham juntos para transformar compromissos em ações concretas.

Convocamos governos, sociedade civil, setor produtivo e comunidades locais a se engajarem neste mutirão climático, para que o Pampa seja protagonista na construção de um futuro mais justo, resiliente e sustentável.

31 de outubro de 2025

Marjorie Kauffmann

Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura do RS

